

Entre a Ciência e a Política

Um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho

Perla Zusman e Sergio Nunes Pereira



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/288>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.288

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2000

ISSN: 1519-1265

Refêrencia eletrónica

Perla Zusman e Sergio Nunes Pereira, «Entre a Ciência e a Política», *Terra Brasilis* [Online], 1 | 2000, posto online no dia 05 novembro 2012, consultado o 05 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/288> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.288>

Este documento foi criado de forma automática no dia 5 dezembro 2022.

All rights reserved

Entre a Ciência e a Política

Um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho

Perla Zusman e Sergio Nunes Pereira

- 1 **Gilles Lapouge** – Em que estado se encontrava a geografia no Brasil quando de sua chegada [1935]?

Pierre Mombeig – Quase inexistente. Bem, havia tido a influência de [Pierre] Deffontaines, mas de apenas um ano. Mas, é claro, havia um excelente geógrafo no Rio, Carlos Delgado de Carvalho. Ele fora soldado do Exército francês e seguiu o curso de Ciências Políticas. Publicou um livro notável sobre a geografia do Brasil meridional. Mas, à parte essas pouquíssimas exceções, bastante insatisfatória (...).

“Viagem à memória da USP”, *Jornal da Tarde*, 11/02/84

Ao ilustre mestre Prof. Delgado de Carvalho,
homenagem sincera de quem se orgulha em intitular-se discípulo seu.

General Golbery do Couto e Silva, dedicatória em *Geopolítica do Brasil*

- 2 Reverenciado igualmente por mestres franceses envolvidos na criação do ambiente universitário da geografia no Brasil e por pensadores pouco afeitos a questões acadêmicas, mais empenhados em considerações objetivas sobre a (geo)política nacional, Delgado de Carvalho não teve ainda sua contribuição ao pensamento geográfico devidamente avaliada.
- 3 Não chega a surpreender que homenagens a este autor tenham partido de campos aparentemente tão diferenciados, uma vez que sua obra parece contemplar preocupações fundamentais que ambos apresentavam, em suas respectivas formas de perceber e valorizar o conhecimento então produzido sobre a realidade brasileira. Com efeito, trata-se de uma obra na qual podemos reconhecer tanto uma perspectiva que assumia a tarefa de renovação do ensino de geografia como “*um dever de inteligência e de patriotismo*” (CARVALHO, 1913:X), como um pensamento orientado para o “*estudo das atividades das nações determinadas pelas condições geográficas*” (CARVALHO, 1929:18-19) – próximo, portanto, da geopolítica.
- 4 Formado na *École Libre de Sciences Politiques* (Paris), Delgado de Carvalho chega ao Brasil com o propósito de desenvolver sua tese de doutoramento, iniciando assim um

percurso por diferentes instituições ligadas ao campo científico e educacional no país. No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), existentes desde o século XIX,¹ a atuação de Delgado se faz sentir sobretudo na elaboração de projetos acadêmicos. É ele o principal organizador da Escola de Altos Estudos, que, com o objetivo de formar quadros dirigentes para o país,² iria funcionar no IHGB de 1916 a 1918 e inspirar um projeto de Faculdade de Filosofia e Letras.³ No âmbito da SGRJ, Delgado de Carvalho é um dos membros da comissão pedagógica que organiza e anima o **Curso Livre Superior em Geografia**, destinado a professores do ensino primário. Instituído em 1926, o curso foi concebido com vistas a atualizar esses profissionais “em um ramo científico em perpétua evolução e progresso” (CARVALHO, 1927a:96), conferindo aos aprovados em exame final o diploma de Laureado em Geografia e Ciências Correlatas (SGRJ, 1926-1927: 71-72).

- 5 Entre os dois empreendimentos citados, Delgado é nomeado conferencista nas Escolas de Intendência e do Estado-Maior do Exército (1921) e inicia sua atuação no magistério público (Colégio Pedro II e Escola Normal). Podemos perceber que sua atividade docente, voltada inicialmente para uma elite dirigente (“notáveis”, membros da burocracia governamental e militares), estende-se progressivamente para professores e alunos do ensino médio, acompanhando o sentido das reformas educacionais em curso no Brasil dos anos 20. O próprio Delgado participa dos movimentos de renovação pedagógica, sendo um dos assinantes do *Manifesto dos Pioneiros da Educação* (1932). Seu prestígio intelectual, a esta altura plenamente consolidado, credencia-o a cargos oficiais no Conselho Nacional de Educação (1931)⁴ e no Conselho Nacional de Geografia (1937), como representante do Ministério da Educação.
- 6 Além desta notável atuação em nível institucional, Delgado de Carvalho destaca-se ainda por uma extensa produção escrita. Em quase setenta anos de trabalho contínuo, publicou numerosas monografias, compêndios didáticos e artigos, não só de geografia, mas também de história e sociologia.⁵
- 7 Quando procuramos refletir sobre sua obra, nos deparamos com a dificuldade de abarcar toda a amplitude de significados que ela apresenta, tendo em vista a formação original de Delgado de Carvalho em ciência política e seu interesse por diferentes correntes do pensamento social e por diversas disciplinas específicas. No entanto, este parece ser o caminho mais interessante para abordar o pensamento deste autor, que, chegando ao Brasil, decide dedicar-se ao estudo da geografia. Nesta perspectiva, tentaremos aproximar as vertentes “científica” e “política” presentes em seu projeto de renovação desta disciplina no âmbito escolar, concentrando nossa atenção no período compreendido entre 1913 e 1933.
- 8 Algumas investigações historiográficas sobre a geografia no Brasil caracterizam tal período como carente de um projeto disciplinar explícito (MORAES, 1991; MONTEIRO, 1980).⁶ Tentaremos demonstrar, ao contrário, a existência de âmbitos específicos onde se pretendia desenvolver uma geografia nacional científica, segundo parâmetros acadêmicos europeus. Neles, Delgado de Carvalho atua como divulgador das formulações da Escola Geográfica Francesa sem, contudo, abandonar os pressupostos teóricos estabelecidos anteriormente por Ratzel. Esta ambivalência pode ser sentida mais claramente quando sua atenção se volta para temas de geografia política (1929 e 1933), no mesmo momento em que eram escritos os primeiros ensaios de geopolítica no Brasil (MIYAMOTO, 1981).

Um discurso científico para o ensino da geografia pátria: a região natural

- 9 Nos anos 20, as publicações de Delgado de Carvalho se afinam perfeitamente com uma preocupação das elites políticas e intelectuais da época: difundir os valores pátrios nas novas gerações e em amplos setores da sociedade.⁷ O conhecimento que nelas se pretende ministrar, no entanto, não deveria suscitar nenhuma dúvida sobre sua legitimidade, tendo, portanto, que apresentar-se ao mesmo tempo como “científico” e socialmente necessário.
- 10 Tais inquietações constituem a base do livro *Metodologia do Ensino Geográfico*,⁸ publicado em 1925. Aqui se define toda uma estratégia de legitimação científica e didática, que se traduz no enfrentamento de três desafios: (1) assegurar a presença e a continuidade da geografia no sistema escolar; (2) outorgar cientificidade ao conhecimento geográfico; e (3) conferir a este conhecimento identidade e autonomia frente a outras disciplinas.
- 11 Destinada a enaltecer os valores pátrios, a geografia teria sua inserção no ensino justificada sem maiores dificuldades (LACOSTE, 1976/1985; VLACH, 1988). O segundo desafio requeria uma estratégia no sentido de adaptar seus protocolos metodológicos ao domínio das ciências naturais, menos questionadas no que se refere à cientificidade. Delgado postula, portanto, a necessidade de “*incluir a geografia entre as excelsas ciências da natureza*” (1927a), entendendo ser esta a única forma de superar o estado primitivo em que ela se encontrava:
- Devemos, pois, em primeiro lugar, restituir à geografia sua dignidade de ciência natural, e não deixá-la mergulhada numa complicada nomenclatura de nomes próprios que não têm significação nem sentido, que nada explicam, que nada nos contam (CARVALHO, 1927a:95).
- 12 Assim, segundo o autor, teríamos uma geografia que não só descreve, mas explica; que sistematiza, compara e generaliza; que faz uso de princípios causais (CARVALHO, 1925).
- 13 Seu campo de estudo, porém, estende-se para além dos fenômenos naturais. Recorrentemente, Delgado assinala que o argumento geográfico “*traz componentes históricos, botânicos, econômicos no seu conjunto*”, ou que “*a geografia moderna estuda o universo em relação a seus habitantes*” (CARVALHO, 1925, grifo nosso). Ou seja, trata-se de uma disciplina referenciada nas ciências naturais mas que, de forma *sui generis*, incorpora o homem como um dos elementos essenciais em suas considerações.
- 14 É isto que está exatamente em pauta no capítulo “**o fator humano**”, desenvolvido na segunda parte de *Metodologia do Ensino Geográfico*. Nele, Delgado de Carvalho adota uma concepção de geografia humana⁹ baseada no estudo da relação homem-meio, onde encontramos certa ambigüidade própria da ciência geográfica. Se algumas vezes “*o homem é produto da terra e foram as dificuldades e os obstáculos que lhe ofereceu a terra que desenvolveram suas faculdades*”, em outras, homem e meio interagem no que Delgado chama de “*equação social*”. Nesta inter-relação, o meio físico continua sendo, por vezes, visto como “*um fator determinante e decisivo*”; em outras, “*o grupo humano dispõe de especiais qualidades de adaptação ativa que (...) modificam totalmente o problema geográfico*” (CARVALHO, 1925:94-104). Tal ambigüidade, já assinalada por Vlach (1989:153), reflete a diversidade de referências a partir das quais ele elabora sua *geografia moderna*.¹⁰

- 15 Possuidora de um “*campo próprio restrito*” e de argumentos que “*podem ser reivindicados por outras ciências*” (CARVALHO, 1925:92), a geografia deve fundamentar sua especificidade. Para tanto, Delgado lança mão da mesma estratégia epistemológica utilizada por Vidal de La Blache, quando, empenhado em garantir unidade e identidade para a ciência geográfica nascente, definiu-lhe claramente um objeto – a região – e um método – a síntese regional (CAPEL, 1981:333-39). Por congregarem elementos naturais e culturais, o objeto escolhido constituiria uma base adequada para o estudo da relação homem-meio, desde que estabelecidos alguns parâmetros de objetividade científica. A noção de *região natural* tomada de empréstimo por Delgado de Carvalho da geografia francesa, enquadra-se exatamente neste objetivo:

A “região natural” é uma subdivisão mais ou menos precisa e **permanente** que a **observação** e investigação permitem criar numa área geográfica estudada, no intuito de salientar a importância respectiva das diferentes influências fisiográficas, respeitando o mais possível o **jogo natural das forças em presença** e colocando a **síntese** assim esboçada sob o ponto de vista especial do **fator humano** nela representado (CARVALHO, 1925:82, grifos nossos).

- 16 Baseada numa visão empírica da realidade, a região natural seria o resultado concreto da ação das forças do mundo físico, aproximando a geografia do domínio das ciências naturais. Ao mesmo tempo, ela também é uma construção, uma síntese. Síntese do “*relevô, hidrografia, clima, vegetação (...) que a observação permite criar com a superposição de mapas*” (CARVALHO, 1925:91). Seu caráter natural, por sua vez, assegura-lhe uma certa perenidade – outro elemento que confirmaria a possibilidade do conhecimento científico. Nesta perspectiva, o componente humano entra apenas como **fator**, ou seja, agente importante, porém subordinado às forças naturais como qualquer outro integrante do *habitat*.
- 17 Além da força legitimadora das fontes francesas (Vidal de La Blache, Gallois e Lespagnol), a adoção generalizada em nível mundial outorgaria uma certa universalidade ao conceito “*estritamente geográfico*” de região natural:

Na **Inglaterra** Percy Roxby mostrou a tendência a tornar preponderante, na região natural, o critério econômico. Nos **Estados Unidos** (...) Wolfgang Joerg, seguido por J. F. Chamberlain, adotou uma divisão física muito aceitável (...). [Na] **Itália**, veio Ricchieri conciliar muitas opiniões a respeito da verdadeira significação da região natural em geografia (...). Na **Espanha**, é por regiões naturais que Dantin Cereceda está escrevendo a geografia de seu país. Aqui, no **Brasil**, a luta travada pelos professores do Colégio Pedro II para implantar uma divisão natural racional do país, vai vencendo lentamente, mas enfrenta ainda poderosos obstáculos arraigados no tradicionalismo histórico, na rotina pedagógica e, especialmente, na ignorância da significação do próprio termo de “região natural” (...) No **Chile** já vingou a inovação e está se estabilizando a divisão da república em regiões naturais nos autores mais adiantados, como Almeyda Arroio, Luis Perez e outros (CARVALHO, 1925:76-77, grifos nossos).

- 18 Finalmente, cabe observar que a ênfase na região natural também estaria remetendo Delgado de Carvalho ao debate sobre a questão nacional, na versão colocada em evidência nos anos 20 e 30. A diversidade representada pelas regiões naturais só adquire sentido se estão elas **submetidas a um todo**, reforçando a idéia de uma unidade nacional que deve se sobrepor às configurações espaciais construídas social e historicamente. Estas, no contexto que caracteriza o período considerado, não deixavam de ser vistas como desagregadoras da unidade pretendida. Na perspectiva proposta por Delgado, porém, as diferenças regionais se “naturalizam” e se

“objetivam”, adquirindo uma positividade de caráter político.¹¹ É assim que podemos ler em nosso autor:

Afastando assim a idéia de **os Estados teoricamente iguais e equivalentes**, tais como estão na Constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se completar entre si [sic] as zonas nacionais. Mais eloquente e mais necessária aparecerá a **idéia sacrossanta da união** que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força (CARVALHO, 1925:88, grifos nossos).

- 19 A noção de região natural atende, portanto, a duas importantes exigências que recaem sobre o discurso geográfico naquele momento. Dotada de um “conteúdo pátrio”, afina-se inteiramente com o viés nacionalista que permeia este discurso. Como construção conceitual que confere à geografia uma aura de cientificidade e uma identidade própria, aparece como componente chave no campo didático. Através dela, Delgado de Carvalho resolve com relativo êxito os dilemas que ameaçavam a disciplina.

Um programa didático em geografia política

- 20 O que foi exposto até aqui deixa bastante evidente que, mesmo considerando a racionalidade científica pretendida por Delgado de Carvalho para a sua *geografia moderna*, esta não nos é apresentada como uma disciplina desprovida de conteúdo político. Mas, via de regra, o *político* aparece muito mais como um objetivo final do ensino de geografia, atribuindo-lhe um caráter funcional (representação patriótica, afirmação da unidade nacional, legitimação de um discurso sobre o território etc.), do que como um tema de estudo propriamente dito. Pelo menos é o que se pode deduzir a partir do exame da produção de Delgado até a publicação de *Metodologia do Ensino Geográfico* (1925).
- 21 No final dos anos 20 e ao longo dos anos 30, no entanto, este panorama se modifica sensivelmente. Podemos reconhecer, neste novo período, o surgimento de trabalhos que abordam diretamente questões de geografia política, inaugurando um campo temático que passaria a ocupar uma importância cada vez maior no conjunto da obra de Delgado. O espaço político, entendido como espaço da soberania nacional, fôra até então um objeto apenas marginal de sua atenção, aparecendo de forma diluída no interior de outros departamentos do estudo geográfico.¹² Agora adquire lugar privilegiado. Para além de noções revestidas de uma certa assepsia, como região natural, ganham corpo configurações espaciais carregadas de significado político, tais como **território, país e Estado** (CARVALHO, 1929 e 1933). Estas são articuladas com noções não propriamente geográficas, como **povo e nação**, objetivando uma abordagem mais abrangente da questão da nacionalidade (Id., 1933:179-181).¹³ São ainda incorporadas ao discurso de Delgado categorias geopolíticas cunhadas por Ratzel e seus interlocutores franceses, por meio das quais nosso autor tenta discutir a situação brasileira (Id., 1929 e 1933).
- 22 Uma vez estabelecido, este campo iria transformar-se significativamente a partir dos anos 50, com o envolvimento progressivo de Delgado de Carvalho no estudo de temas internacionais. Em termos institucionais, isto verifica-se no âmbito do Conselho Nacional de Geografia (CNG), no interior do qual é organizado o Setor de Geografia Internacional,¹⁴ e no Instituto Rio Branco, onde Delgado passa a ministrar os cursos de História Diplomática Mundial e do Brasil. Da atuação profissional nessas instituições

resultariam algumas publicações expressivas, bastante representativas da fase mais recente da produção intelectual do autor (CARVALHO, 1959 e 1963; CARVALHO e CASTRO, 1960).

- 23 O deslocamento operado no foco da atenção – do espaço nacional para as relações internacionais – assinala uma mudança significativa no tratamento dos temas de geografia política, relacionada também às transformações ocorridas no contexto político nacional (redemocratização) e mundial (Guerra Fria). Em condições semelhantes a estas a análise geopolítica pode ser mais facilmente legitimada (VESENTINI, 1986),¹⁵ o que não deixa de ter significado também com relação a Delgado de Carvalho.¹⁶ Não obstante o interesse que pode suscitar sua produção neste novo período, nos deteremos naquela correspondente aos anos 20 e 30, que sustenta com coerência o projeto de fundar as bases de uma disciplina científica a partir de um quadro político nacional.
- 24 A definição de tal recorte torna imprescindível o exame de dois importantes trabalhos de Delgado de Carvalho, que, considerados conjuntamente, traduzem de forma bastante clara seu esforço em sistematizar enunciados da geografia política, visando compatibilizá-los com uma proposta didática. O primeiro deles, *Introdução à Geografia Política* (1929), é uma publicação pouco conhecida cujo objetivo manifesto é servir como instrumento de apresentação científica daquele campo da geografia para futuras professoras do Distrito Federal.¹⁷ A pretexto de uma proposta de programa para o primeiro ano do Curso Normal, Delgado elabora uma síntese dos conceitos fundamentais que, na sua visão, deveriam ser aplicados ao estudo das dez maiores potências mundiais,¹⁸ assunto do ano seguinte. Grande parte do conteúdo aí presente – capítulos inteiros – seria incorporada poucos anos mais tarde em um manual didático de considerável divulgação, *Geografia Humana, Política e Econômica* (1933), o que certamente contribuiu para o relativo obscurecimento do trabalho precedente.¹⁹ A recuperação de alguns de seus elementos, no entanto, está longe de ser uma tarefa supérflua. Além de dois capítulos iniciais muito elucidativos, que não constam em *Geografia Humana...*, também encontramos em *Introdução à Geografia Política* diversos trechos omitidos posteriormente que, introduzindo ou permeando os demais capítulos, orientam expressamente o professor sobre **o que selecionar** – e, em contrapartida, **o que excluir** – com relação a determinados assuntos enfocados na prática docente.
- 25 Em geral, as orientações de Delgado de Carvalho no sentido apontado manifestam a preocupação de adequar o conteúdo ensinado à capacidade cognitiva do aluno, ajudando, ao mesmo tempo, a conformar um discurso unitário e coerente para uma disciplina escolar que, tendo abandonado seu modelo descritivo e enciclopédico, corria o risco de perder-se em digressões indesejáveis em outros domínios do saber (CARVALHO, 1929:32). Como exemplo disso, vejamos o que diz Delgado logo após fazer restrição a determinadas formulações de Ratzel sobre a *mobilidade dos povos*:²⁰
- É sabido que é tendência geral em alguns professores, que tardiamente tomaram conhecimento de certas teorias ou de certos fatos, de procurar colocar a sua ciência recente, independentemente da receptividade do auditório (...). Apesar de sedutoras, o professor deve saber resistir às especulações filosóficas e às hipóteses engenhosas, freqüentes em geografia humana, mas perturbadoras no ensino secundário (CARVALHO, 1929:24).
- 26 Não raramente, no entanto, tais recomendações denotam intenções que transcendem em muito o mérito propriamente didático da questão, procurando na realidade contornar eventuais impasses cuja origem estaria no caráter eminentemente polêmico

de alguns temas de estudo: os desníveis culturais entre os povos, a expansão territorial dos Estados, a questão racial etc. Nesses casos, a preocupação maior de Delgado parece ser a de adaptar para o mundo da ciência e do ensino uma problemática atravessada por questões de fundo político e ideológico; problemática esta que, no limiar da década de 30, começava a ser colocada na ordem do dia pelo rumo dos acontecimentos internacionais. É assim, portanto, que podemos encontrar em *Introdução à Geografia Política*, ponderações como a seguinte: “É inútil (...) mencionar, na sala de aula, em que consiste o ‘problema ariano’,²¹ só traria confusão” (CARVALHO, 1929:29).

- 27 Impasses como este não deveriam comprometer o projeto pretendido por Delgado de Carvalho, requerendo estratégias que ultrapassassem o plano imediato da ação didática. Assim, nosso autor procura circunscrever claramente o objeto da geografia política e esboçar sua definição. A partir de um universo relativamente amplo de concepções, marcado ainda por controvérsias entre “escolas nacionais” e autores individuais, ele alinha-se em conformidade com a versão elaborada por Jean Brunhes e Camille Vallaux (1921),²² segundo a qual a geografia política aparece como uma das partes constitutivas da geografia humana²³ – ao lado da geografia econômica, da geografia do povoamento, da geografia das civilizações (ou geografia social) e da geografia regional (CARVALHO, 1929:17). Quanto ao conteúdo, ela teria sua competência definida em torno de alguns temas básicos,²⁴ sobre os quais Delgado organiza seu “programa”, assim formalizado: a **mobilidade dos povos**; o **Estado** (formação, tipos e evolução); a **posição** e o **espaço** (segundo as teorias de Supan e Ratzel); as **fronteiras**; e as **idades políticas**²⁵ (CARVALHO, 1929 e 1933).
- 28 Se acompanhamos a argumentação desenvolvida nos dois trabalhos assinalados, percebemos uma acentuada influência de autores franceses, sobretudo de Camille Vallaux, em quem Delgado se ancora quase totalmente na sua exposição sobre tipos de Estado, fronteiras e na crítica à teoria do espaço de Ratzel. Na verdade, trata-se de uma influência recorrente que, já tendo se manifestado na adoção do conceito de região natural, atualiza-se neste momento e no interesse posterior pela obra de Jacques Ancel (1936 e 1938). Podemos então admitir uma “primazia francesa” no programa de geografia política de Delgado de Carvalho? Este constitui um ponto de relativa complexidade, cuja discussão exige que consideremos duas questões: (1) os geógrafos franceses dos quais Delgado mais se utiliza **não** são aqueles que assumem mais integralmente os fundamentos teórico-metodológicos da chamada Escola Geográfica Francesa, apresentando, ao contrário, uma certa tensão em relação a ela; (2) o terreno sobre o qual se desenvolve a geografia política, em qualquer de suas versões, foi delimitado teoricamente por Ratzel (RAFFESTIN, 1980:13-14), o que pressupõe a aceitação do universo conceitual e dos meios de pensamento que emergem deste autor e, mais genericamente, da geografia alemã.
- 29 No que diz respeito à primeira questão, cabe destacar a resistência do meio acadêmico francês em absorver a geografia política como campo de estudo legítimo da ciência geográfica, desqualificando-a epistemologicamente e tolerando-a apenas como uma crítica de sua congênere alemã. É isto que fundamenta as reprovações de Vallaux por Demangeon (ESCOLAR, 1991b:10) e de Ancel por Gottmann (RAFFESTIN, 1980:20).²⁶ O caso de Vallaux é particularmente representativo de uma atitude contrastante, em relação a Vidal de La Blache e seus discípulos, quanto ao questionamento das proposições ratzelianas. Concordando com uma análise perspicaz, enquanto o primeiro procura “*apropriar-se teoricamente do objeto da geografia política, não tendo mais remédio*

que discutir (e ser influenciado) com Ratzel no plano empírico”, a segunda adota a “*estratégia epistemológica (...) do silêncio e da negação (...) do problema geopolítico*” (ESCOLAR, 1991b:24, grifo do autor). Esses diferentes posicionamentos são reveladores, por sua vez, da existência de diferentes discursos científicos - um “marginal” e outro “oficial” - convivendo na geografia francesa. A escolha de Delgado, no entanto, recai sobre Vallaux. Quando comparamos, nas páginas examinadas, a utilização de suas idéias com a dos demais autores franceses, a desigualdade é constrangedora. As referências a Vidal, Demangeon e mesmo Brunhes (quando considerado fora de sua colaboração com Vallaux) são muito periféricas, só adquirindo maior vulto em um capítulo dedicado ao estudo do *habitat* humano (CARVALHO, 1933:93-118).

- 30 Quanto à perenidade da obra de Ratzel, podemos pensá-la inicialmente como um desdobramento da questão anterior. Ao acolher os geógrafos franceses que, em certa medida, conferem uma **positividade** à geografia política alemã, Delgado também a está reconhecendo nos mesmos termos. Algumas vezes isto se verifica de modo explícito, como no momento em que, valendo-se de Vallaux, ele sugere a utilização dos princípios de atividade e de conexão - cunhados por Brunhes - no estudo da evolução das fronteiras,²⁷ tema explorado antes por Ratzel e alguns de seus compatriotas.²⁸ Na referida passagem, Delgado sintetiza seu raciocínio numa fórmula lapidar, que não deixa de possuir também um tom conciliatório: “*É a interpretação francesa, haurida²⁹ em fontes alemãs*” (CARVALHO, 1929:60, grifo nosso). Já em outra ocasião, numa resenha elogiosa de um trabalho de Ancel, de forma um pouco mais oblíqua ele destaca um aspecto bem definido de sua originalidade:

Mais do que qualquer outro discípulo de Vidal de La Blache, Jacques Ancel parece interessado em contrapor, em seus escritos geográficos, as teorias da escola francesa às ratzalianas (sic) da escola alemã (CARVALHO, 1939:95).

- 31 É plausível supor que, valorizando tal característica do geógrafo francês, Delgado está na verdade justificando o seu próprio ponto de vista, amparando-se no prestígio de um autor importante.
- 32 A influência de Ratzel, no entanto, não pode ser aferida apenas através de intermediários. Em Delgado de Carvalho, a imagem do geógrafo alemão em momento algum corresponde a do pensador estigmatizado pela Escola Francesa, estando mais próxima uma avaliação flexível e transigente que combina reconhecimento, alguma crítica, prudência e contemporização. Evitando tomar partido na querela determinismo *versus* possibilismo (CARVALHO, 1933:11-13),³⁰ fato em si já significativo, ele não se furta também a apontar a falta de consistência por vezes presente na argumentação dos possibilistas, bem como de defender as idéias supostamente deterministas de algumas interpretações simplificadoras (Id. *Ibid.*:13-15).³¹
- 33 Mas é na apreciação direta do conteúdo proposto por Ratzel que encontramos os exemplos mais significativos de seu posicionamento. Em que pesem as freqüentes críticas, geralmente mediatizadas pelos geógrafos franceses, Delgado procura resgatar diversos aspectos do pensamento ratzeliano, movido não tanto pelo apego à discussão doutrinária, mas sobretudo para utilizá-los pragmaticamente na composição de seu programa didático. É justamente isto que explica a inclusão do item “mobilidade dos povos” em tal programa (CARVALHO, 1929 e 1933), mesmo com as objeções já assinaladas. Independentemente da motivação, a atitude não deixa dúvida sobre o quanto Delgado de Carvalho se sente à vontade diante do patrimônio intelectual de

Ratzel, dando mostras inquestionáveis de sua valorização positiva. Um expressivo comentário ratifica plenamente esta suposição:

- 34 *Há questões no mundo moderno que solicitam diariamente a nossa atenção: não são do domínio próprio da história nem da geografia, não são de economia política nem de sociologia, não pertencem às ciências puras ou aplicadas. (...) São fatos prementes, de atualidade e importância, exigem atenção, envolvem interesses superiores de países cultos, muitas vezes nacionais. Precisam, pois, ser compendiados para a sua sumária e precisa apresentação a alunos de média cultura. À geografia, patamar de ciências, cabe coligir os dados e interpretá-los sob o prisma humano que lhes dá valor e significação.*
- Assim, citemos ao acaso, o ponto 10, por exemplo, relativo à 'Itália e o Adriático'. É assunto de três ou quatro lições. Eis o programa:*
- 10 - A Itália e o Adriático - A Itália continental, peninsular e insular - Recursos naturais e população - A formação territorial e a Unificação - Cidades e Portos - O Adriático e a Jugoslávia - A Expansão italiana na África; Emigração para as Américas.*
- Aí são discutidos todos os pontos da geografia ratzeliana: o cenário geográfico que pelo espaço e a posição explica o papel da Itália; o Estado italiano, sua formação, suas modalidades; as fronteiras, objeto de contestações com vizinhos, a questão político-militar-econômica do Adriático; a mobilidade dos povos, exemplificada por migrações que bem conhecemos, etc.*
- São todas questões atuais, políticas, sociais, econômicas, internacionais num quadro geográfico significativo, determinante, decisivo: por isto é incontestável domínio da Geographia, mas da Geografia moderna, ativa, prática, vibrante... (CARVALHO, 1929:10-11).*
- 35 Com efeito, dificilmente poderíamos encontrar um exemplo melhor de validação do controvertido pensador alemão.

Delgado de Carvalho e o pensamento geopolítico brasileiro

- 36 O esforço de identificação das matrizes do pensamento geográfico de Delgado de Carvalho ficaria incompleto se não considerássemos também influências de fora do campo acadêmico formal. Isto se faz necessário especialmente no caso do programa de geografia política já referido, que, por sua composição temática, apresenta evidentes afinidades com o pensamento geopolítico em voga na época, de difícil definição em termos científicos e institucionais.³² Vale observar, no entanto, que fatores como a insistência de Delgado em pautar seu discurso em parâmetros de objetividade científica, seu estilo cauteloso e a finalidade didática da maioria dos seus trabalhos dificultam sensivelmente a percepção de tal influência, verificada de forma sutil e dissimulada. Mesmo assim nada impede uma investigação, ainda que preliminar, sobre as relações existentes entre o pensamento geopolítico e os projetos de geografia vislumbrados por nosso autor, procurando identificar alguns pontos de contato e semelhanças de conteúdo entre os dois campos.
- 37 Sabemos, por Miyamoto (1981),³³ que no período que nos interessa são produzidos os primeiros estudos brasileiros de geopolítica, com Elysio de Carvalho (1921), Everardo Backheuser (1926 e 1933), Mario Travassos (1931) e Francisco de Paula Cidade (1934). De todos esses, o único a receber a atenção específica de Delgado é Backheuser, citado como uma das fontes indispensáveis para elaboração do seu programa de geografia política:

A interpretação da “Introdução” do Curso Normal deve ser baseada de preferência sobre Ratzel, Supan, Brunhes, Vallaux, Vidal de Lablache (sic), Hettner, Arthur Dix, E. Semple e Kyellen (sic). O pensamento moderno sobre o assunto se acha formulado nas “Notas Prévias” de E. **Backheuser** sobre a Estrutura Política do Brasil, inspiradas em vários dos autores pré-citados (CARVALHO, 1929:9-10, grifo nosso).

- 38 Elevar Backheuser à mesma altura de pensadores considerados “*autoridades indiscutíveis*” (CARVALHO, 1929:9) na área de estudo em questão poderia não significar muita coisa. Afinal, a menção a alguns deles parece ser apenas formal, sem refletir efetivamente qualquer influência direta na orientação do raciocínio ou da argumentação de Delgado (como Semple, Kjéllen e Hettner, por exemplo). A referência à Backheuser, porém, não deve ser entendida desta forma, correspondendo realmente ao uso de algumas de suas definições – povo, nação, país e Estado – e, o que é mais significativo, ao reconhecimento eventual do valor de suas idéias.³⁴ Não seria o caso de comparar a importância desta presença com a de autores como Vallaux, Ratzel e Supan,³⁵ os mais frequentemente citados e utilizados nos trabalhos examinados. Isto porque Backheuser situa-se num plano semelhante ao de Delgado de Carvalho, ou seja, o de sistematizador das teorias alemãs e francesas, com as quais formula seu pensamento geopolítico. De forma um tanto simplificada, podemos dizer que, para Delgado, Backheuser não constitui uma fonte, mas um contraponto; alguém que, a partir de um legado teórico comum, elabora um projeto específico de “ciência” que não corresponde exatamente à proposta de geografia política do nosso autor. Esta, mais inclinada na direção de Vallaux, ao que tudo indica, é definida de modo a demarcar minimamente sua identidade:

Não quadra exatamente a Geografia Política dos franceses, definida por eles: o “estudo geral e sintético dos fatores e das condições de desenvolvimento das sociedades políticas ou Estados” com a Geopolítica de Kyellen (sic) e de Backheuser, concepção um tanto diferente (CARVALHO, 1929:17).

- 39 Examinando a questão pelo lado oposto, ou seja, o da possível influência das idéias de Delgado de Carvalho no pensamento geopolítico brasileiro dos anos 30, encontramos algumas indicações consistentes de tal influência em Mario Travassos e Francisco de Paula Cidade. Porém, trata-se não tanto do conteúdo de geografia política proposto por Delgado, mas de outras modalidades da ciência geográfica por ele desenvolvida até aquele momento, o que pode ser explicado, em certa medida, por problemas inerentes à própria análise geopolítica. Uma das contradições deste tipo de análise é a de apresentar pretensões de objetividade ao mesmo tempo que propósitos grandiloquentes e formas de raciocínio teleológicas. Como conciliar esses ingredientes dentro de uma mesma unidade lógica, sem comprometer a coerência interna do discurso? Além dos discutíveis encaminhamentos no nível da argumentação e da explicação, bem detectados em algumas investigações críticas (LACOSTE, 1976/1985:138; CAUBET, 1984; VESENTINI, 1986:32-33),³⁶ tal dilema remete a uma outra questão, situada no plano empírico. É necessário garantir que os parâmetros geográficos sobre os quais se organiza o discurso geopolítico sejam os mais precisos, fidedignos e atualizados possíveis, posto que constituem o principal fundamento da objetividade pretendida. Neste sentido, pode-se afirmar que não havia lugar mais seguro para isto, na época, do que a criteriosa geografia “científica” de Delgado de Carvalho.
- 40 Este aspecto, que nos interessa particularmente no momento, deve ser examinado com relação aos dois pensadores geopolíticos citados. No caso de Travassos, o que está em

pauta é a noção de **região natural**, que baliza sua reflexão acerca da estrutura espacial brasileira (base, segundo ele, da “unidade geográfica nacional”). Vejamos como a questão é colocada pelo autor:

Quando se tem que encarar o problema das regiões naturais sob o ângulo das modalidades geográficas brasileiras, cujos aspectos o alongamento de nosso território no sentido dos meridianos complica de maneira impressionante, sente-se que, de fato, se está em presença de grave problema (...).

Sobre o assunto nada conhecemos de melhor que o admitido pelo professor Delgado de Carvalho, isto é, o Brasil permitindo quatro regiões naturais, a saber: o Brasil Amazônico, o Nordeste Subequatorial, a Vertente Oriental dos Planaltos e o Brasil Platino.³⁷

À vista das dificuldades do problema, o professor Delgado não só deixa imprecisos, tal como convém, os limites dessas regiões naturais como também considera, em cada um deles subregiões naturais (...).

E é assim que, dentro da mais equilibrada medida, o professor Delgado de Carvalho nos conduz a um Brasil menos intrincado, mais compreensível em sua imensa expressão geográfica.

Nestas excelentes bases, e fazendo preponderar os fatores políticos, é que nos animamos a formular a síntese geográfica brasileira (TRAVASSOS, 1931:109-113).

- 41 Posteriormente, a reflexão de Travassos ganharia desdobramentos mais específicos, culminando com a proposta de **regiões naturais militares** (TRAVASSOS, 1940 e 1941), igualmente baseadas na divisão sugerida por Delgado de Carvalho.
- 42 *Notas de Geografia Militar Sul-americana* (1934), de Francisco de Paula Cidade, apresenta uma certa singularidade frente aos trabalhos contemporâneos de Backheuser e Travassos, a começar pelos objetivos declarados pelo autor. Conforme ele próprio nos esclarece no prefácio, sua pretensão fundamental é a de oferecer, a partir de um diagnóstico geográfico e geopolítico, subsídios para operações militares em eventuais situações de conflito armado em nível continental, inclusive contra potências navais de além-mar. Embora não possa ser considerada uma obra inovadora do ponto de vista da reflexão geopolítica, antecipa um gênero de estudo que só iria se difundir no Brasil da década de 50 em diante, no âmbito da Escola Superior de Guerra (MIYAMOTO, 1981:72).³⁸
- 43 Uma descrição sumária do conteúdo desta obra, indispensável antes de qualquer tentativa de aproximá-la da geografia de Delgado de Carvalho, é também reveladora de tal singularidade. A primeira parte (intitulada “Generalidades”) é inteiramente voltada para uma correlação entre as características topográficas do terreno e a arte da guerra, considerando diferentes situações e combinações nas quais se apresentam os elementos do meio geográfico – relevo, águas continentais, clima, vegetação e formas de ocupação humana. Retoma-se aqui, na verdade, uma antiga tradição de estudo das escolas militares européias, inovando-a apenas no que tange à sua adaptação para o contexto das condições naturais sul-americanas. Na parte seguinte (“América do Sul”), a mais extensa, tenta-se avaliar o potencial de “projeção geopolítica” de cada país sul-americano, estimando-o a partir de um inventário minucioso de dados geográficos, históricos, demográficos, econômicos, políticos e militares. Na terceira e última parte (“Brasil”), o território nacional é pensado à luz da história de sua ocupação, dos seus recursos econômicos e de três questões recorrentes na análise geopolítica clássica: **transportes, fronteiras e posição**. Atravessando essas partes relativamente autônomas, transparece a preocupação do autor de, ao final de cada assunto, extrair

“conclusões militares” sobre a situação do Brasil frente a cada um dos vizinhos ou mesmo diante de uma eventual coligação de países.

- 44 A execução de tal projeto nas bases científicas pretendidas por Paula Cidade requer o acompanhamento da evolução dos conhecimentos na área por ele denominada “geografia geral”.³⁹ A bibliografia, as notas e as citações ao longo da obra fornecem indicações um pouco mais precisas deste domínio: geologia, geomorfologia, petrografia, fisiografia, geobotânica e estudos de geografia regional da América do Sul. A única referência explícita à geopolítica é um ensaio clássico de Arthur Dix;⁴⁰ mesmo Backheuser só aparece com um trabalho de fisiografia: *A faixa litorânea do Brasil meridional* (1918).
- 45 Sem ser exclusiva, a contribuição de Delgado de Carvalho deve ser entendida neste contexto, manifestando-se de forma mais decisiva que qualquer outra. Nomeado em 1921 conferencista na recém-criada Escola de Intendência de Guerra,⁴¹ Delgado terá o resultado de suas aulas publicado em fascículos ao longo de toda a década de 20, material que posteriormente daria origem à *Fisiografia do Brasil* (s/d) e *Geografia Econômica da América do Sul* (s/d). A primeira é uma obra extremamente bem cuidada, na qual Delgado descreve em ordem temática os aspectos físicos do território nacional e a “Bacia Brasileira do Atlântico Sul”, ampliando e aperfeiçoando o arsenal iconográfico⁴² já apresentado no Tomo I de *Geografia do Brasil* (1913). A segunda não causa a mesma impressão, mas, por constituir uma sistematização de estudos geográficos e econômicos numa área considerada carente de atualização, teve imediata aceitação.
- 46 Somente uma cuidadosa leitura comparada responderia em que medida esses trabalhos de Delgado de Carvalho serviram como base para Paula Cidade, o que por si justificaria uma outra investigação. Independentemente de qualquer relação direta, “ponto a ponto”, chama atenção a semelhança de estrutura entre *Geografia Econômica da América do Sul* e a segunda parte da obra de Paula Cidade, que parece acrescentar ao livro de Delgado apenas o ponto de vista militar. Além deste fato, que sugere uma influência nada negligenciável, podemos notar uma convergência de preocupações entre os dois autores, como demonstra o trecho abaixo, em que Delgado avalia a utilidade do conceito de **posição** para o seu programa didático:
- Nestas condições, resta-nos saber o que há de realmente aproveitável em tudo isso, sob o ponto de vista do ensino geográfico. Muito pouco, podemos dizer, nas medições matemáticas aplicadas à posição política; porém, bastante no que diz respeito às posições matemática e geográfica no globo e muitíssimo no que se refere à proximidade e relativa importância dos vizinhos. A vizinhança é um fato que interessa o geógrafo moderno quase tanto quanto o próprio historiador.
- Seria bom, por conseguinte, que ao empreender o estudo de um país, fossem feitas detalhadas considerações sobre os seus vizinhos e a ordem de relações que mantém com eles.** É assim, que, no próprio programa normal, esta necessidade está claramente indicada; por exemplo: “A Itália e o Adriático, a Jugoslávia”, “A França, relações históricas com os vizinhos – A Alsácia...”, “A Polônia e o Corredor de Danzig”, etc.(CARVALHO, 1929:52-53, grifo nosso).
- 47 Quando lemos Paula Cidade, ficamos com a impressão de que ele não fez outra coisa em seu ensaio de geografia militar, voltando sua atenção para o Brasil. É todo um conteúdo e um modelo de estudo que, proposto por Delgado, encontra total ressonância em um pensador geopolítico contemporâneo ao nosso autor.

- 48 Este último exemplo mostra bastante bem o quanto uma obra de geografia política escrita com fins didáticos pode aproximar-se de um conteúdo geopolítico *stricto sensu*, ensejando uma observação final. As teorias do espaço e da posição formuladas por Ratzel e Supan, bem como outras concepções corriqueiras na análise geopolítica clássica, não foram obliteradas por Delgado de Carvalho. Ao contrário. Foram por ele assimiladas, ainda que através das ponderações francesas. Portanto, as duas perspectivas não raramente utilizam os mesmo meios de pensamento na investigação de seus objetos.
- 49 Outra afinidade residiria no vivo interesse demonstrado por Delgado acerca de questões territoriais ligadas diretamente à evolução dos acontecimentos políticos, como no caso da oscilação das fronteiras européias às vésperas da Segunda Guerra Mundial (CARVALHO, 1939).⁴³ Fica patente, também aqui, a convergência entre o seu pensamento geográfico e a geopolítica. De forma consciente, Delgado preocupou-se em relacionar problemas de natureza política ao quadro geográfico dentro do qual se desenvolvem.

Considerações finais

- 50 Uma investigação historiográfica como a que aqui realizamos, organizada a partir da análise da produção intelectual e da atuação institucional de um autor específico, é um projeto possível, entre outras alternativas de história do pensamento geográfico ou da geografia como disciplina. Este tipo de abordagem requer um esforço de contextualização das idéias do autor em questão no momento de sua formulação, considerando a influência de paradigmas disciplinares ou não, a inserção de tais idéias no campo intelectual e as demandas sociais que atuam sobre o conhecimento produzido.
- 51 A apresentação sobre Delgado de Carvalho procurou orientar-se nesta perspectiva, enfocando um período que permanece relativamente obscuro na história da geografia brasileira. Nos anos 20 e 30, Delgado desenvolve sua produção intelectual em torno de dois eixos: uma geografia com pretensão científica e uma outra modalidade, tributária da primeira, interessada na relação entre os Estados e o território – a geografia política.
- 52 O desenvolvimento de uma geografia científica torna-se necessário para legitimar a disciplina no ensino – primeiro lugar onde ela aparece claramente como saber autônomo –, com o objetivo de veicular e socializar a ideologia nacionalista (LACOSTE, 1976/1985; CAPEL, 1981; VLACH, 1988; PEREIRA, 1989; ESCOLAR, 1991a; PALÁCIOS, 1992). Em países como o Brasil, no entanto, determinadas especificidades devem ser destacadas. A consolidação de um campo acadêmico propriamente dito irá ocorrer aqui muito depois da constituição da geografia escolar, só se verificando de fato com a formação do sistema universitário em meados da década de 1930. Bem mais importante, até este momento, é a conformação de um discurso unitário e coerente para a disciplina, visando apoiar o ensino nos cursos primário e secundário.
- 53 Com base no que foi exposto, podemos diferenciar o processo de sistematização do discurso geográfico do processo de institucionalização da geografia (MORAES, 1991), reconhecendo na proposta de Delgado de Carvalho uma contribuição consistente e decisiva na direção do primeiro. Procurando afastar-se de um enquadramento nas escolas francesa ou alemã, nosso autor trabalha ao mesmo tempo com as concepções de

Brunhes, Vallaux, Supan, Ratzel e Vidal de La Blache, sem estabelecer uma hierarquia entre esses autores. Na realidade, o que ele está procurando é instaurar no Brasil o campo disciplinar, apropriando-se, para este fim, do pensamento mais avançado da época, base de seu projeto de construção de uma geografia nacional.

BIBLIOGRAFIA

- ANCEL, Jacques (1936). *Géopolitique*. Paris, Delagrave.
- _____. (1938). *Géographie des frontières*. Paris, Gallimard
- ANDRADE, Manuel Correia de (1977). “O pensamento geográfico e a realidade brasileira” in *Boletim Paulista de Geografia n° 54*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros.
- BACKHEUSER, Everardo (1926). *A estrutura política do Brasil: notas prévias*. Rio de Janeiro, Mendonça e Machado.
- _____. (1933). *Problemas do Brasil (Estrutura Geopolítica)*. O “espaço”. Rio de Janeiro, Omnia.
- BERNARDES, Nilo (1982). “A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia”, in *Revista Brasileira de Geografia vol. 44 n° 3*. Rio de Janeiro, IBGE.
- BRUNHES, Jean e VALLAUX, Camille (1921). *La Géographie de L'Histoire. Géographie de la Paix et la Guerre sur Mer*. Paris, Félix Alcan.
- CAPEL, Horacio (1981). *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona, Barcanova.
- CARVALHO, Carlos Delgado de (1908). *Un Centre Economique au Brésil - L'Etat de Minas*. Paris, Aillaud.
- _____. (1910). *Le Brésil Méridional: etude économique sur les etats du sud*. Paris, E. Desfosses.
- _____. (1913). *Geografia do Brasil, Tomo I. Geografia Geral*. Rio de Janeiro, Emp. Foto-Mecânica do Brasil.
- _____. (1916). *Météorologie du Brésil*. Londres, John Bale, sons and Danielsson Ltd.
- _____. (1925). *Metodologia do Ensino Geográfico*. Petrópolis, Tipografia das “Vozes de Petrópolis”.
- _____. (1927^a). “Geografia – Ciência da Natureza” in *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro Tomo XXXI*.
- _____. (1927^b). *Geografia do Brasil, Tomo II. Geografia Regional*. Rio de Janeiro, Emp. Foto-Mecânica do Brasil.
- _____. (1929). *Introdução à Geografia Política*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- _____. (1931). *Sociologia (sumários do curso no sexto ano), vol. I. Os grupos e sua cultura*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1933, 2^a ed.
- _____. (1933). *Geografia Humana, Política e Econômica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, 3^a ed.

- _____. (1939). “Geografia das Fronteiras” in *Revista Brasileira de Geografia ano I nº 3*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG.
- _____. (1954). *Geografia Política e Geopolítica*. Mimeo.
- _____. (1959). *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1963). *África. Geografia Social, Econômica e Política*. Rio de Janeiro, CNG.
- _____. (s/d). *Fisiografia do Brasil*. Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.
- _____. (s/d). *Geografia Econômica da América do Sul*, 3 vol. Rio de Janeiro, F. Briguiet & C.
- CARVALHO, Delgado de e CASTRO, Therezinha de (1956). “Geografia Política e Geopolítica” in *Boletim Geográfico ano XIV nº 133*. Rio de Janeiro, CNG.
- _____. (1960). *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, IBGE/CNG.
- CARVALHO, Elysio de (1921). *O Fator Geográfico na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, S.A. Monitor Mercantil.
- CASTRO, Therezinha de (1994). *Carlos Delgado de Carvalho*. mimeo.
- CAUBET, Christian G. (1984). “Por uma (nova?) Epistemologia da Geopolítica” in *Política e Estratégia vol. II nº 4*. São Paulo, Centro de Estudos Estratégicos.
- CIDADE, Francisco de Paula (1934). *Notas de Geografia Militar Sul-americana*. Rio de Janeiro, Ministério da Guerra. Biblioteca Militar vol. XXXIII e XXXIV, 1940, 2ª ed.
- COSTA, Wanderley M. da (1992). *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo, Hucitec/EDUSP.
- ESCOLAR, Marcelo (1989). *La representación patriótica. Legitimación geográfica y formación territorial*. mimeo.
- _____. (1991a). *Un Discurso “Legítimo” sobre el Territorio. Geografía y Ciencias Sociales*. Instituto de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- _____. (1991b). *Geografía Francesa y Política Alemana: Camille Vallaux (1908-1912). Los trazos de una estrategia epistemológica olvidada*. mimeo. (Publicado em Cuadernos de geografía nº 4, Departamento de Geografía. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá).
- FÈBRE, Lucien (1922). “A Terra e a Evolução Humana” in GODINHO, Vitorino M. (ed.). *Panorama da Geografia vol. II livro III*. Lisboa, Cosmos, 1954, pp. 411-733.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado (1988). “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional” in *Estudos Históricos vol. I nº 1*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- GUIMARÃES, Lúcia M.P. (1994). “*Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial*”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ.
- IHGB/INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1915). “Atas” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Tomo 78 Parte II*. Rio de Janeiro.
- _____. (1917). *Academia de Altos Estudos*. Rio de Janeiro.
- _____. (1919). *Regulamento da Faculdade de Filosofia e Letras*. Rio de Janeiro.
- LACOSTE, Yves (1976/1985). *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988.

- MICELI, Sergio (1983). “Conselho Nacional de Educação: Esboço de análise de um aparelho do Estado (1931-1937)” in CPDOC/FGV. *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- MIYAMOTO, Shiguenoli (1981). *O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Área de Ciência Política. FFLCH-USP.
- MOMBEIG, Pierre (1949). “Geografia” in MORAES, R. B. e BERRIEN, W. (dirs.). *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza.
- MONTEIRO, Carlos Augusto F. (1980). *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*. São Paulo, Instituto de Geografia, FFLCH-USP.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de (1983). *Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico: Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH-USP.
- _____. (1991). “Notas sobre Identidade Nacional e Institucionalização da Geografia no Brasil” in *Estudos Históricos* vol. 4 nº 8. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (1990). *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense.
- PALACIOS, Silvia Quintero (1992). *Geografía y Educación Pública en los orígenes del territorio y la nación (Argentina 1863-1890)*. Tese de Licenciatura, Departamento de Geografía, Universidad de Buenos Aires.
- PEREIRA, José Veríssimo da C. (1955). “A Geografia no Brasil” in AZEVEDO, F. (org.) *As Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Melhoramentos.
- PENHA, Eli Alves (1993). *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações.
- PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral (1989). *Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- RAFFESTIN, Claude (1980). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993.
- SGRJ/SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO (1885). “Ata da sessão de fundação” in *Boletim da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* vol. I nº 2.
- _____. (1926-27). “Curso Superior Livre de Geografia” in *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* Tomo XXXI.
- TRAVASSOS, Mário (1931). *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935, 2ª ed.
- _____. (1940). “As condições Geográficas e o Problema Militar Brasileiro” in *A Defesa Nacional* ano XXVII nºs 316 e 317. Rio de Janeiro.
- _____. (1941). “Estrutura geomilitar do Brasil” in *Cultura e Política*. ano I nº 9. Rio de Janeiro.
- VESENTINI, José William (1986). *A Capital da Geopolítica*. São Paulo, Ática.
- VLACH, Vânia R. F. (1988). *A propósito do ensino de geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, FFLCH-USP.
- _____. (1989). “Carlos Miguel Delgado de Carvalho e a ‘Orientação Moderna’ em Geografia” in VESENTINI, J. W. (org.). *Geografia e Ensino: Textos críticos*. Campinas, Papirus.
- ZUSMAN, Perla B. (1993). “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Continuidades e Rupturas no marco do projeto geográfico Imperial” in SOUZA,

Maria Adélia de et alii (orgs.). *O Novo Mapa do Mundo*, vol. 3. *Sociedade e Natureza: uma leitura geográfica*. São Paulo, Hucitec/ANPUR.

NOTAS

1. Inspirado no Instituto Histórico e Geográfico de Paris, o **IHGB** foi criado em 1838 com o objetivo de colecionar e catalogar informações e documentos pertinentes à história e à geografia do Império do Brasil. Controlado pela elite imperial, o Instituto desempenhou um papel relevante na construção das bases da identidade política, social e territorial do Império. A **SGRJ** foi fundada em 1883, num contexto de declínio do poder imperial e crescente integração do Brasil na economia mundial. Os sócios fundadores justificaram sua criação pela necessidade de um espaço mais específico para a discussão de “questões geográficas”, segundo eles não contempladas satisfatoriamente no IHGB e na Seção Brasileira da Sociedade Geográfica de Lisboa (SGRJ, 1885:5). Além do inventário dos “melhoramentos” no país e outros interesses (exploração, questões de limites etc.), a SGRJ procurou atuar no sentido de consolidar a geografia em termos científicos e institucionais no Brasil, organizando congressos, exposições e projetos como a elaboração de dicionários e livros sobre a geografia nacional. Sobre o IHGB existem excelentes trabalhos acadêmicos, como Guimarães, M. S. (1988) e Guimarães, L. (1994). Para a gênese do IHGB e o projeto territorial imperial, ver Zusman (1993); sobre o IHGB e da SGRJ com relação ao pensamento geográfico, ver ainda Vlach (1988:80-120).

1. 0 Uma mostra desta diversidade é a digressão feita por Delgado sobre as fontes, segundo ele, constitutivas da geografia humana: “*Coube a Ratzel (...) [colocá-la] sobre uma sólida base científica (...) [realizando] a primeira sistematização de todo o material geográfico e social acumulado pelas explorações, viagens e descobertas em todos os continentes e em todos os tempos (...). Em França, existe a escola da chamada Ciência Social, fundada por Le Play e seus continuadores Ed. Demolins e Henri de Tourville. Constitui uma acumulação paciente e valiosa de documentos geográficos e sociais, apresentados, em geral, sob forma de monografias regionais (...). A França também apresenta atualmente escritores isolados, sem ligação a escola social nenhuma, como Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Camille Vallaux, os Reclus e Lucien Febvre*” (CARVALHO, 1925:100-02). É interessante notar o destaque relativamente pequeno dado a Vidal de La Blache, citado juntamente com outros autores e depois de referências mais demoradas à Ratzel e à “Escola da Ciência Social” (Le Play). Delgado também não furta em incluir no seu levantamento alguns pensadores nacionais, reconhecendo o desenvolvimento de uma “geografia social” nas obras de Euclides da Cunha, Silvio Romero e Oliveira Vianna (Id., Ibid.:103).

1. 1 Este caráter político ganharia um sentido mais objetivo no contexto centralizador do Estado Novo, quando o Conselho Nacional de Geografia estabelece as normas gerais para a divisão regional do Brasil para fins administrativos e estatísticos (Assembléia-geral nº 72, 14/07/1941). A região natural é então adotada como critério essencial da referida divisão, numa forma deliberada de intervenção do poder central contra os regionalismos e os resquícios de autonomias estaduais (PENHA, 1993:108).

1. 2 No Tomo I de *Geografia do Brasil* (1913), por exemplo, encontramos um breve relato sobre a questão das fronteiras na parte intitulada **Geografia Física** (item “Situação, limites”:5-6); na parte **Geografia Social**, considerações um tanto genéricas sobre a ocupação da terra e o povoamento são apresentadas nos itens “Formação política” e “Formação territorial” (pp. 159-202). É bem verdade que esta segunda parte comporta também o item “Imigração e Colonização”, porém, visto muito no contexto da formação “social” (étnica) da população brasileira do que sob o prisma da geografia política.

1. 3 Na impossibilidade de discutir este tema de forma mais aprofundada, fiquemos apenas com uma mostra do pensamento de Delgado: “*Uma nação não existe legalmente sem território, mas também sem nação o país perde as suas características. Quando uma nação permaneceu durante séculos num*

território, este território acha-se saturado de seu espírito: cada lugar, cada acidente topográfico tem um nome associado a esta nação: uma planície foi ilustrada por uma batalha, um vale foi colonizado por uma família histórica, uma cidade foi o berço de um poeta, etc. A terra agiu sobre a nação; mas a nação fez a terra o que ela é, povoando-a de lembranças do passado” (CARVALHO, 1933:179).

1. 4 O Setor de Geografia Internacional foi criado oficialmente por ocasião da elaboração do Atlas de Relações Internacionais, concluído em 1960. Mais do que um simples local de atuação no CNG, o referido setor praticamente se confunde com a pessoa de Delgado de Carvalho, a ponto de ter se transferido para sua residência em 1962, em virtude de sua avançada idade (CASTRO, 1994:6).

1. 5 “*É na política externa que o discurso geopolítico pode aparecer sem grandes disfarces nas nações democráticas. Nas relações internacionais o Estado pode falar sem problemas em nome da sociedade como um todo, pode se apresentar como representante do universal na nação, usando então o instrumental teórico e as formas de raciocínio típicos da geopolítica*” (VESENTINI, 1986:60).

1. 6 Na realidade, pensamos não apenas em Delgado, mas no ambiente existente nesta época nas instituições às quais ele estava vinculado. Neste sentido, consta que antes da criação do Setor de Geografia Internacional funcionava informalmente no CNG um “Setor de Geopolítica”, ativo especialmente na gestão do secretário-geral Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes (1953-1954). (CASTRO, 1994:6). Na falta de uma pesquisa específica sobre o assunto, podemos ao menos registrar a ressonância de tal ambiente em uma publicação periódica do CNG: o *Boletim Geográfico*. Desde o final dos anos 40, quando Everardo Backheuser ocupava o cargo de consultor técnico do CNG, era comum a colaboração de pensadores geopolíticos no periódico. De 1950 a 1952, por exemplo, podem ser encontrados em suas páginas um artigo de Carlos de Meira Matos e cinco transcrições de textos anteriores de Backheuser. No período 1954-56 formaliza-se no *Boletim* a seção “Contribuição à Geopolítica”, na qual são publicados, entre outros, um artigo de Mackinder e dois de Delgado de Carvalho (em co-autoria com Therezinha de Castro). O texto mais interessante de Delgado neste período, intitulado *Geografia Política e Geopolítica*, não chega a ser publicado. Trata-se de uma conferência proferida no CNG em 1954, que, dois anos mais tarde, apareceria no *Boletim* como um dos artigos escritos em parceria com Therezinha de Castro. Os dois textos, no entanto, apresentam diferenças sensíveis de forma e conteúdo.

1. 7 “*O objetivo visado nesta explicação da geografia política não é de natureza filosófica (...). É uma simples preparação para o estudo das nações modernas no seu quadro geográfico, nas suas feições demográficas, nos seus interesses materiais e nas diretrizes de sua ação internacional*” (CARVALHO, 1929:10).

1. 8 A necessidade de uma “boa introdução explicativa” para as potências estudadas, como defendia Delgado (1929:12), afinava-se com o projeto de construção de uma *geografia moderna*, pois significava a garantia de um estudo baseado em conceitos (no caso, os da geografia política) e não nos critérios tradicionalmente estabelecidos no ensino de geografia, aos quais Delgado fazia severa crítica.

1. 9 *Geografia Humana...* teve sua segunda edição em 1935 e a terceira em 1938, dentro de uma série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo. Na década de 60, já com a co-autoria de Therezinha de Castro, surgiram novas edições com o mesmo título, mas que não apresentam alguns capítulos fundamentais da obra original. Já *Introdução...* nunca foi reeditada. Pode ser mesmo considerada uma obra rara: na dificuldade de encontrá-la em diversas bibliotecas do Rio de Janeiro e São Paulo, recorreu-se ao sistema BIBLIODATA, cuja rede compreende cerca de 400 bibliotecas no Brasil, com resultado negativo. O acesso a esta obra só foi possível graças à extrema gentileza do prof. Shiguenoli Miyamoto, do Departamento de Ciência Política da UNICAMP, que colocou à disposição dos autores deste artigo o seu exemplar pessoal.

2. A Escola de Altos Estudos foi proposta pelo historiador Oliveira Lima para a formação de funcionários para os ministérios do Exterior, Fazenda e Agricultura. Trazendo em sua concepção a marca da educação européia de Delgado de Carvalho, inspirava-se fundamentalmente na *École de Sciences Politiques et Administratives de Paris*, na *École des Hautes Etudes Commerciales* e na *London*

School of Economics. Ao se olhar o programa de uma das disciplinas oferecidas, *Geografia do Brasil*, nota-se no mesmo uma forte marca das primeiras publicações de Delgado de Carvalho (1910, 1913 e 1916). (IHGB, 1915:794).

2. 0 “Na ordem das coisas que devem ser omitidas de preferência, mencionemos o movimento considerado como sendo manifestação de vida e a imobilidade como apenas uma aparência. (...) Também deve ser deixada de lado a teoria da ‘imutabilidade primitiva’ (...), como as célebres ‘migrações arianas’. (...) Em resumo, grande número de assuntos que deverão, de preferência, ser omitidos em curso normal, podem ser encontrados nos quatro capítulos da 2ª Parte da Antropogeografia de Ratzel. Deles entretanto, alguma coisa de fácil interpretação deve ser retirado e posto ao alcance dos normalistas, porque representa o fundamento indispensável da bem conhecida e concreta mobilidade moderna” (CARVALHO, 1929:23-24).

2. 1 Por “problema ariano” pode ser entendida a polêmica em torno da origem do povoamento da Europa. Delgado, como que acatando sua própria recomendação, não diz nada a respeito do tema no livro citado; em compensação, oferece informações detalhadas sobre o mesmo num manual de sociologia escrito dois anos depois. Neste, se lê que desde a primeira metade de século XIX estudiosos alemães sustentavam que tal origem deveria ser procurada nos planaltos da Ásia Central, de onde os arias (ou arianos), uma *raça pura*, teriam migrado para a Europa na época da última glaciação. Questionamentos a tal explicação começaram a aparecer a partir de 1860, baseados em descobertas arqueológicas que evidenciavam a presença humana no continente desde o alto quaternário, bem antes das supostas migrações. Em 1864, o zoólogo belga d’Omalius formalizou um protesto contra a teoria, em reunião na Sociedade de Antropologia de Paris. Em 1883, porém, o austríaco K. Penka conferiu a ela novo impulso, reivindicando a pureza da *raça escandinava*, os proto-arias, e sua superioridade em relação às demais. Assim, o debate teve ainda certa ressonância no meio intelectual europeu até o final do século XIX (CARVALHO, 1931:114-15). Convém lembrar que na época em que Delgado está escrevendo, embora já desqualificada cientificamente, a hipótese da pureza ariana ressurgiu com força como componente do debate político-ideológico travado no continente europeu.

2. 2 Segundo Costa (1992:149) esta é “a primeira grande obra francesa em geografia política após a Primeira Guerra” [1914-18]. E ainda: “Como o próprio Brunhes esclarece no prefácio, a participação de Vallaux foi responsável pelos extensos capítulos de geografia política, em que ele retoma temas de seu trabalho de 1912 (sic) [Géographie Sociale: Le Sol et l'Etat (1911). Paris, Armand Colin]”.

2. 3 Impossível não lembrar de Lucien Fèbvre em *A Terra e a Evolução Humana*, onde se define a proposta de uma geografia política “estritamente solidária da geografia humana” (FÈBVRE, 1922:479-80).

2. 4 Segundo Delgado, Brunhes e Vallaux teriam reconhecido três questões fundamentais como objeto máximo da geografia política: o Estado e o território; o Estado, a estrada e a fronteira; e o Estado e a capital. Além desses temas gerais, haveria também três tipos de problemas político-econômicos a serem considerados neste campo da geografia: as condições geográficas de paz e de guerra; os dados da política econômica e da colonização; e os dados da política de circulação e intercâmbio (CARVALHO, 1929:18).

2. 5 É sintomático que em *Geografia Humana, Política e Econômica*, o único capítulo referente ao urbano (“Formação de Cidades”) apareça na parte de **geografia política** e não na de **geografia econômica**, numa obra que se propõe a separar explicitamente os dois conteúdos (CARVALHO, 1933).

2. 6 “Ainda não seria o caso de qualificar de doutrina uma tentativa infeliz de compromisso entre os métodos franceses e alemães” (GOTTMANN, apud RAFFESTIN, 1980:20).

2. 7 **Atividade:** “Há, em primeiro lugar, interesse em constatar que, zona ou linha, a fronteira tem uma história; resulta do princípio de atividade: o crescimento da população do globo e o aumento do valor das terras aproveitáveis criou as pressões de contiguidade que caracterizam a fronteira moderna. É nas orlas de contiguidade que se acumulam os órgãos da expansão, de ataque e de defesa que o maquinismo do Estado vai complicando com o tempo, os recursos e a cultura” (CARVALHO, 1929:60/1933:169). **Conexão:**

“VALLAUX, na sua ‘Geografia social’ e mais tarde na sua ‘Geografia da História’, com maior insistência, ligou a concepção de fronteira à noção de estrada. Para manter a coesão do organismo que seria o Estado, é necessário manter o seu contato com a periferia, com as fronteiras, por meio de canais de ação e circulação que são as estradas. As fronteiras e as estradas são pois obras de Estado, estabelecidas e mantidas para fins políticos” (CARVALHO, 1929:58/1933:168).

2. 8 Delgado nos permite tomar conhecimento da existência de uma longa tradição de estudo sobre fronteiras na geografia política alemã. Além de Ratzel, cuja “concepção orgânica” é brevemente comentada, teríamos também as contribuições de Supan, Walser, Förster, Arlot e Junhans. Todos eses autores teriam desenvolvido, cada um a seu modo, as noções de fronteira física e fronteira política, ou então, a oposição entre fronteira natural e fronteira artificial (1929: 57-68/1933:167-174).

2. 9 No contexto que nos interessa, não seria ocioso verificar no dicionário o significado do vocábulo **haurir**: “retirar para fora de um lugar profundo” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, 2ª ed., p. 883).

3. A Faculdade de Filosofia e Letras destinava-se a “promover a realização de cursos científicos, artísticos e literários, de aperfeiçoamento, ou especialização para o magistério secundário (...) [em benefício da] cultura nacional”. A proposta contemplava os cursos de Filosofia e Letras, Ciências Políticas e Sociais e o Normal Superior (destinado à formação de professores). Este último incluía a área de **Ciências Históricas e Geográficas** e apresentava as seguintes disciplinas: Introdução à Geografia, Geografia Geral e Geografia Especial da América e do Brasil (IHGB, 1919). A proposta foi rejeitada na Câmara dos Deputados.

3. 0 “As citações (...) que acima fiz, não me colocam, evidentemente em ‘escola’ alguma, mas me permitem tomar discretamente posição **entre** as duas correntes principais que atualmente ocupam o campo dos estudos da geografia humana” (CARVALHO, 1933:11, grifo nosso). A prudência de Delgado aparece claramente em outra passagem: “no campo didático, a geografia humana só tem aparecido timidamente, evitando expor ao estudante o espetáculo das lutas intestinas que ainda caracterizam a sua lenta formação pelas diferentes escolas (...) É prudente, incontestavelmente, esta abstenção dos assuntos litigiosos por parte dos escritores de manuais...” (Id. Ibid.:12).

3. 1 Tomemos um exemplo: “Lucien Febvre, o mais metucioso e exigente dos possibilistas, é especialmente irredutível nas suas discussões. (...) No seu desejo de provar que o homem escapa mais facilmente pelo seu pensamento à ação direta do meio, ele critica com vivacidade tudo quanto tem sido acumulado por conta da geografia humana. Muitas vezes os argumentos aduzidos por Febvre representam apenas o zelo do historiador em defender o livre arbítrio do homem contra a tirânica influência que certos geográficos [sic] atribuem ao meio. A meu ver, há algum exagero na argumentação de Lucien Febvre; muitas vezes parece surgir apenas uma questão de palavras...” (CARVALHO, 1933:14). Ou ainda, em outra passagem: “Na escola possibilista também encontramos o reconhecimento do seguinte fato: possibilidades idênticas não geram resultados idênticos, mas apenas resultados análogos. Mas Ratzel também admite implicitamente esta verdade quando subordina a ação das condições naturais ao ‘grau de formação’ do grupo que as sofre (Anthr., vol. I, § 16, pg. 33-34)” (Id. Ibid.:15).

3. 2 Sem entrar aqui no problema da distinção entre geografia política e geopolítica, o que exigiria uma longa digressão, lembraríamos apenas que os questionamentos ao pensamento geopolítico geralmente passam pelos níveis epistemológico e institucional. Vejamos dois exemplos: 1) “... muitas vezes, a análise geopolítica omite-se em relação à reflexão epistemológica. Ela se esquece do contexto particular em que nasceu (...) e reproduz irrefletidamente estereótipos obsoletos há mais de meio século. Isso tem sérias consequências sobre a qualidade operacional de seus conceitos, os quais padecem de defeitos graves (...) que enfraquecem o valor explicativo das interpretações” (CAUBET, 1984:629) ; 2) “São (...) comuns, e não apenas entre geógrafos, questionamentos sobre o status (ciência? técnica? pseudociência? arte? ideologia?) dessa disciplina sui generis, que não é institucionalizada nas organizações ‘normais’ para as formações discursivas (as universidades ou institutos de pesquisas), mas

surge sorratamente em algumas escolas militares e centros de estudos estratégicos (com ligações, mesmo que camufladas, com aparatos do Estado)” (VESENTINI, 1986:52).

3. 3 Miyamoto inclui o próprio Delgado de Carvalho no grupo de pensadores geopolíticos citados, ressaltando, porém, que suas obras não apresentam “a mesma força e rigidez das análises de Backheuser” (1981:63). As ponderações feitas ao longo deste artigo não nos permitem concordar com tal afirmação em termos absolutos, embora a produção de Delgado dos anos 50 e 60 mereça uma análise em separado.

3. 4 Para Delgado de Carvalho, a proposição de Backheuser de entender a grande dimensão do espaço brasileiro sob o prisma de suas **vantagens** (influência psicossocial e potencialidades econômicas) e **desvantagens** (atraso da penetração da civilização e tendência ao desmembramento), constitui um bom exemplo de como tratar a teoria do espaço com base em “*problemas concretos da atualidade*”, corrigindo sua “*concepção metafísica original*” (CARVALHO, 1929:55-56/1933:197).

3. 5 Alexander Supan (1847-1920), austríaco de nascimento, dedicou-se inicialmente à geografia física, especialmente à climatologia. Seu contato com a geografia política data da ocasião de sua transferência para Gotha (Alemanha) em 1884, onde colaborou ativamente na revista *Pettermanns Geographische Mitteilungen*. Formulou uma teoria da posição um pouco distinta da de Ratzel, onde os fenômenos geográficos são avaliados com base em parâmetros matemáticos, e sistematizou estudos existentes sobre fronteiras. Suas contribuições, reunidas na obra póstuma intitulada *Leitlinien der allgemeinen politischen Geographie* (1922), foram bastante discutidas por Delgado de Carvalho (1929:47-56 e 59-66/1933:193-198 e 168-173).

3. 6 As investigações apontadas chamam a atenção para uma deficiência epistemológica crônica da análise geopolítica, que se manifestaria de diversas formas: simplificação excessiva, pretensão universalista (desistorização), fatalismo, “naturalização” do Estado, “antropomorfização” dos elementos naturais etc. Podemos identificar em tais características uma forma de estruturação do discurso e de formação do objeto que atuam no sentido de neutralizar a contradição assinalada.

3. 7 Na realidade, no texto clássico de Delgado de Carvalho sobre o tema (1927b), são consideradas cinco regiões naturais: *Brasil Amazônico*, *Brasil Norte-Oriental* (o “Nordeste Subequatorial” de Travassos), *Brasil Oriental* (a “Vertente Oriental dos Planaltos”), *Brasil Meridional* e *Brasil Central* (que Travassos distribui entre os brasis amazônico e platino). Não sabemos se a diferença se deve a uma reavaliação posterior de Delgado, que desconhecemos, ou uma adaptação livre de Travassos, que não fornece nenhuma indicação.

3. 8 O próprio autor não se furtou em destacar tal pioneirismo: “*É esta a primeira obra deste gênero que se publica no Brasil e provavelmente, em língua portuguesa. Pelas suas linhas gerais e pela sua extensão, representa ainda o primeiro estudo desta especialidade (...) na América do Sul*” (CIDADE, 1934:4).

3. 9 A questão é bem esclarecida no prefácio à primeira edição: “*Durante a fase de estudos que se seguiu às guerras de Napoleão, começou a geografia militar a emancipar-se da história; vagando, porém, no domínio das incertezas, por falta de critério científico. Achando-se a essa época a geografia geral reduzida a uma simples enumeração de nomes e de cifras (...) a geografia militar ficava reduzida a uma coleta de dados topográficos, climatológicos, econômicos, etc. Com a evolução da geografia geral, entrecortada como foi por acidentes de caráter científico, desenvolveu-se nas mesmas condições a geografia militar.(...) Depois de 1870, como consequência das diretrizes adotadas pela geografia geral, inicia-se um novo ciclo para a geografia militar, com o aparecimento de trabalhos notáveis em quase todos os exércitos europeus...*” (CIDADE, 1934:3).

4. Analisando a composição do Conselho Nacional de Educação, Miceli (1983) procura identificar os principais grupos de interesse presentes no momento de sua criação. Havia oito membros ligados aos ramos tradicionais do ensino superior (faculdades de direito, medicina e engenharia), três conselheiros militares e dois “*porta-vozes das novas especialidades na área educacional*”, grupo

no qual o autor enquadrava Delgado de Carvalho. O ensino privado e confessional tinha também seu representante, na pessoa do Pe. Leonel Franca.

4. O DIX, A. (1925). *Geografía Política*. Barcelona, Labor, 1929. Por ter sido traduzido para o espanhol pouco após sua publicação original em alemão, este ensaio teve notável divulgação entre os pensadores geopolíticos brasileiros e dos demais países latino-americanos.

4. 1 Em 1921, com a vinda da Missão Militar Francesa, o ensino militar no Brasil foi totalmente reorganizado. São criadas, entre outras, a Escola de Estado Maior e a Escola de Intendência, com o objetivo de desenvolver uma mentalidade profissional nas Forças Armadas. A Escola de Intendência, ligada à formação de um Corpo de Intendência semelhante aos existentes nos exércitos europeus, foi extinta quando a formação dos oficiais do Exército Brasileiro foi centralizada num único estabelecimento, a Academia Militar de Agulhas Negras.

4. 2 Além de perfis geológicos, a obra apresenta uma grande variedade de mapas isotérmicos e pluviométricos, bem como um grande mapa hipsométrico a cores. É plausível supor que, na condição de diretor do Serviço Pluviométrico Nordeste, para o qual foi nomeado em 1921, Delgado pôde usufruir de algumas facilidades na composição deste material.

4. 3 “Os atuais acontecimentos da Europa Central são demasiadamente importantes e significativos para nos furtarmos a uma interpretação geográfica de suas tendências: ora o que está em foco é a fronteira!” (CARVALHO, 1939:95). Delgado refere-se à anexação da Áustria pela Alemanha (1938) e à partilha de territórios da então Tchecoslováquia entre a Alemanha e a Hungria (1938-39).

5. Embora nosso interesse se concentre, evidentemente, na produção geográfica de Delgado, não se pode negligenciar sua contribuição nessas outras disciplinas. Sua atuação como professor no ensino médio, por exemplo, verificou-se em aulas de **sociologia** ministradas no Colégio Pedro II e na Escola Normal, que motivaram diversas publicações na década de 30. Já com relação à **história**, além de autor de manuais didáticos, Delgado foi também professor catedrático de História Moderna e Contemporânea na Universidade do Distrito Federal (posteriormente Universidade do Brasil).

6. “Pode-se dizer que o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX apresentava todas as condições para uma ampla disseminação do discurso geográfico e uma rápida institucionalização da Geografia. Como uma hipótese de trabalho, pode-se considerar que a primeira coisa ocorreu, mas não a segunda (...). Tem-se assim, um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e teorias da geografia) sem que tenham de fato geógrafos e cursos de geografia no país (MORAES, 1991:170). Outros trabalhos destacam também a década de 1930 como fundamental para a consolidação da “geografia científica” (MONBEIG, 1949; PEREIRA, 1955; ANDRADE, 1977; BERNARDES, 1982).

7. Tal preocupação aparece explicitamente nos movimentos nacionalistas do início do século, tais como a Liga da Defesa Nacional (1916), a Liga Nacionalista de São Paulo (1919) e a Propaganda Nativista (1920). Esta última, por exemplo, trazia em seus postulados os “Mandamentos do Patriota Brasileiro”, evocando já no primeiro item a necessidade de “*Amar a Pátria. Estudar a sua Geografia; saber que o Brasil é o segundo país da América pelos seus recursos naturais, extensão e população, bem como pela cultura dos seus filhos*”. (apud OLIVEIRA, 1990:154).

8. A obra divide-se em três partes. Na primeira, Delgado analisa os programas de geografia elaborados para os diferentes níveis de ensino; na segunda, levanta os aspectos mais importantes daquilo que ele denomina de “orientação moderna” da geografia; na terceira, apresenta e discute os recursos auxiliares ao ensino de geografia (manual didático, modelos de representação gráfica, ilustrações etc).

9. Trata-se de uma concepção marcada ainda por indefinições e controvérsias, como deixa transparecer Delgado: “No estado atual da Ciência, o nome definitivo deste ramo da geografia não foi ainda escolhido sem contestações: Ratzel chamou-o Antropogeografia, Brunhes chamou-o de Geografia Humana e Vallaux de Geografia Social. Poderia ser chamado também de Geografia cultural ou de Geosociologia. Neologismos porém me parecem inúteis e a expressão Geografia Humana oferece um campo

suficiente para incluir os problemas mais diversos que podem surgir sobre este interessante assunto” (CARVALHO, 1925:95-96).

ÍNDICE

Índice geográfico: Brasil

Índice cronológico: 1884, 1980

AUTORES

PERLA ZUSMAN

Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires (UBA). perlazusman@yahoo.es

SERGIO NUNES PEREIRA

Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). snunes@vm.uff.br